ESTUDO TÉCNICO
PARA A COMISSÃO DE TRANSPORTE, TRÂNSITO E SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SENSOR DE PRESENÇA NOS VEÍCULOS UTILIZADOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, COM ATÉ 12 (DOZE) ANOS, NO MUNICÍPIO DE SALVADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”
Autor: vereador Sidninho

Katiane da Silva Souza
Função: Analista de Tramitação Legislativa
pela Comissão de Transporte, Trânsito e Serviços Públicos Municipais

ESTUDO TÉCNICO
PLE Nº. 78/2024

JUNHO/2024

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Coordenação das Comissões, tampouco da Câmara Municipal de Salvador, sendo exclusiva responsabilidade de seus autores.

ESTUDO TÉCNICO DO PLE Nº 78/2024

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Os estudos técnicos têm o objetivo de apresentar um levantamento documental dos dispositivos legais (municipal, estadual, nacional) relacionados ao objeto do estudo. Assim como, dados e pesquisas de órgãos institucionais relacionados à temática em tela e pesquisas acadêmicas de destaque sobre o assunto.

O papel do estudo técnico é subsidiar, do ponto de vista teórico-conceitual, com base em legislação específica, a votação do Projeto de Lei nº 78/2024.

Vale destacar que não é **foco do trabalho qualquer análise relacionada ao mérito e a constitucionalidade da proposição em questão**. Cumpre-se apenas sistematizar os principais referenciais técnicos e o ordenamento legal relacionado ao tema.

2 DESENVOLVIMENTO

Viver em cidades acarreta a existência de um trabalho ordenado, tornando emergente o aparecimento da organização política, de um poder urbano e de autoridade político-administrativa encarregada de sua gestão. Além do mais, importante dizer que dados possibilitam análise de riscos e vulnerabilidades.

Assim sanciona a Constituição Federal Brasileira,

> Art. 30. Compete aos Municípios:
> I - legislar sobre assuntos de interesse local;
> II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (Vide ADPF 672)
> V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
> VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
>
> Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por

> objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (Regulamento) (Vide Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016)
>
> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Em título constitucional sobre ordem social, há seção própria sobre educação no seu capítulo III, e capítulo tratando da criança, do adolescente e do jovem.

O gozo pleno dos direitos individuais e coletivos e a defesa de interesses legítimos deve conter a defesa do consumidor, a segurança e o sossego como parte do que é interesse da coletividade soteropolitana. Cuja prática é regulada pelo Poder de Polícia Administrativa de Salvador (art. 2º).

Percebe-se que segurança é uma das condições que deve ser assegurada, enquanto princípio geral do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano com a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo de Salvador.

Transporte escolar é assunto, direta ou indiretamente, tratado, em várias alíneas do inciso IV do artigo 68 do Regimento Interno desta Casa Legislativa; sendo, por conseguinte, atribuição desta Comissão de Transporte, Trânsito e Serviços Públicos Municipais emitir parecer. São as alíneas a), d), f). g), h) e i).

A legislação do poder de polícia compreende leis, decretos e normas complementares que disciplinem o comportamento individual ou de empresa, com relação à coletividade (art. 3º). Além disso, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é assegurar o desenvolvimento nacional.

Ademais, a imagem de cidade como centro de produção e consumo domina totalmente a cena urbana.

> Um **sensor de presença** [i] é um dispositivo eletrônico que detecta a presença de pessoas ou objetos em um determinado ambiente. Esses sensores funcionam através de diferentes tecnologias, como **infravermelho passivo (PIR[ii])**, **ultrassom** e **micro-ondas** (COPILOT).

Ainda, o Decreto Municipal de Salvador nº 29.439, de 10 de janeiro de 2018, altera o Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares – SETES no

Município do Salvador, aprovado pelo Decreto Nº 27.862 de 01 de novembro de 2016, na forma que indica. Segue disposição importante em seus artigos 1º e 8º:

> Art. 1º Os arts. 3º, 4º, 8º, 22, 39, 41 e 43 do Regulamento do Serviço de Transporte de Escolares - SETES do Município do Salvador, aprovado pelo Decreto nº 27.862 de 01 de novembro de 2016, passam a vigorar com as seguintes alterações:
>
> "**Art.3º** ...
> ...
>
> VI - zelar pela qualidade do serviço prestado, sobretudo no tocante à segurança, higiene, continuidade e conforto;
>
> ..." (NR)
>
> "**Art.8º**
> ...
> I - atender aos requisitos constantes do artigo 138 do Código do Trânsito Brasileiro;
> XI - manter o veículo a ser vinculado à autorização com as características exigidas pela autoridade de trânsito e transportes, e devidamente inspecionadas, semestralmente, pela unidade gestora do SETES;
> ..." (NR)

Corroborando, o artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil afirma serem direitos sociais, na forma desta Constituição: a educação, o transporte, a segurança, a proteção à infância, entre outros.

Além do que, o acompanhamento, junto ao governo, sobre os atos de regulamentação, zelando por sua completa adequação, está previsto na Lei Orgânica do Município de Salvador.

Finalmente, ambiente sustentável, mobilidade urbana, resiliência e segurança, governança, economia etc. são soluções inteligentes para cidades, alternativas que se iniciam através de uma análise para realizar propostas por meio de planejamento.

3 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Tendo em vista ser perfeitamente natural que a dinâmica das cidades se modifique e se adapte às necessidades de cada geração, tanto dimensões institucionais, legal, política, econômico-financeira, quanto as searas técnica e social foram levadas em consideração neste estudo técnico.

A presente propositura coaduna com os incisos VI do artigo 3º e XI do art. 8º do Decreto Municipal de Salvador nº 29.439, de 10 de janeiro de 2018.

Por fim, observar as necessidades de cada cidade e buscar por meios que sejam ganhos sociais, econômicos e de qualidade de vida para os cidadãos é um caminho do qual não se deve abdicar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 junho 24.

SALVADOR. **Lei Nº 5.503**. 1999. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/1999/551/5503/lei-ordinaria-n-5503-1999-codigo-de-policia-administrativa-do-municipio-do-salvador>. Acesso em: 19 junho 2024.

SALVADOR. **Lei orgânica**. 2022. Atualizada até a Emenda nº 34. Disponível em: < https://leismunicipais.com.br/lei-organica-salvador-ba>. Acesso em: 01 março 23.

UNYLEYA. **Mobilidade urbana, acessibilidade e sustentabilidade**. 2020. Brasília – DF.

UNYLEYA. **Urbanismo, cultura e história da cidade**. 2020. Brasília – DF.

OUTROS.

[i] Contribui para a segurança, pois pode acionar sistemas de alarme ou câmeras de vigilância quando detectam movimento suspeito. Sua instalação e configuração são relativamente simples, mas é importante seguir as instruções do fabricante para obter o melhor desempenho[1] (COPILOT).

[ii] O sensor de presença PIR é o mais comum e funciona detectando mudanças no calor emitido pelos corpos em movimento. Quando o sensor detecta a presença de alguém, ele envia um sinal para um dispositivo de controle, como uma lâmpada ou sistema de segurança. Esses sensores são amplamente utilizados em iluminação automatizada, sistemas de segurança, controle de acesso e economia de energia (COPILOT).